

---

## COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PRODEMGE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte-MG. Suas atividades compreendem a execução dos serviços de tecnologia da informação para órgãos e entidades da administração pública e iniciativa privada, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, acionista majoritário, e seu compromisso é a modernização do setor público. Em sintonia com os programas de Governo, a Prodemge tem como foco a racionalização da máquina pública, objetivando a prestação de serviços à sociedade sempre de forma ágil e com qualidade.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estas demonstrações foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 09 de março de 2016.

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas, de maneira consistente, a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

- a) Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço, e não excedem o respectivo valor de mercado.
- b) O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa n.º 5, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual do imobilizado e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado.
- c) O Intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando-se em conta uma vida útil estimada de 05 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.
- d) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.
- e) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado apurado do exercício pelo regime de competência.

- f) A provisão para o Imposto de Renda foi calculada com base no lucro real mensal à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%; a provisão para Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9%.
- g) As contingências passivas são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, por valores julgados pelos administradores e assessores jurídicos internos como suficientes para a sua cobertura.
- h) Os demais ativos e passivos, com vencimentos previstos até o encerramento do exercício social seguinte, encontram-se devidamente contabilizados no circulante e não circulante, acrescidos de seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.
- i) A Companhia possui benefícios pós-emprego caracterizados com planos de complementação de aposentadoria, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a NBCTG 33 (R2) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:
- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade patrocinada. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
  - Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço.
  - A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Companhia, através do método da unidade de crédito projetada. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

#### 4. CONTAS A RECEBER

	R\$ 1,00	
Cliente	2015	2014
<b>Estado de Minas Gerais:</b>		
Administração Direta	71.743.151	85.379.357
Administração Indireta	4.254.639	6.619.476
Outros	60.040	420.727
Serviços Realizados a Faturar	28.325.317	33.318.346
<b>Total Estado</b>	<b>104.383.147</b>	<b>125.737.906</b>
<b>Extra Estado</b>		
Prefeituras	2.112.384	1.347.432
<b>Total Extra Estado</b>	<b>2.112.384</b>	<b>1.347.432</b>
<b>Total</b>	<b>106.495.530</b>	<b>127.085.338</b>

## 5. IMOBILIZADO

	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	R\$1,00		Taxas anuais de depreciação
			2015	2014	
			Líquido	Líquido	
Terrenos	10.400.000	-	10.400.000	10.400.000	-
Edificações	19.534.853	(10.966.503)	8.568.350	10.077.915	4%
Equipamentos Processamento de Dados	62.576.231	(45.194.736)	17.381.496	23.123.856	20%
Móveis, Utensílios e Ferramentas	1.333.824	(784.196)	549.628	384.371	10%
Rede de Comunicação Via Satélite	663.188	(656.193)	6.995	7.835	7%
Veículos	373.188	(106.777)	266.411	118.412	20%
Outros	21.275,46	-	21.275	21.275	-
<b>Total</b>	<b>94.902.560</b>	<b>(57.708.405)</b>	<b>37.194.155</b>	<b>44.133.664</b>	-

A reserva de reavaliação de Edificações realizada no exercício, decorrente da depreciação e incluída na movimentação anual, perfaz o valor de R\$49.800 no fim de 2015 e R\$98.547 em 2014.

Permanece no patrimônio líquido o montante referente à reserva de reavaliação de R\$10.615.027, ainda não realizado, referente a Terrenos e Edificações.

A Companhia optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização, ao amparo do art. 6º da Lei 11.638/07.

## 6. INTANGÍVEL

	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	R\$ 1,00	
			2015	2014
			Líquido	Líquido
Direito de Uso de Sistemas	51.046.934	(42.595.585)	8.451.348	11.829.245
<b>Total</b>	<b>51.046.934</b>	<b>(42.595.585)</b>	<b>8.451.348</b>	<b>11.829.245</b>

Os ativos intangíveis, tais como licenças de uso e direito de uso de software, são registrados ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis limitada ao prazo de 10 anos.

## 7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	R\$ 1,00	
<b>CIRCULANTE</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
PASEP	1.559.325	1.759.196
INSS	2.105.668	1.622.627
COFINS	7.191.140	8.104.993
Salários e Honorários a pagar	6.366.565	3.912.504
FGTS	867.723	781.677
Plano Previdencial Libertas	1.972.159	1.727.751
Contribuições retidas na fonte	140.880	63.170
Benefício Pós Emprego	3.690.873	1.035
	<b>23.894.334</b>	<b>17.972.953</b>

  

	R\$ 1,00	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
PASEP	4.472.529	4.288.579
Benefício Pós Emprego	34.192.640	23.993.228
	<b>38.665.169</b>	<b>28.281.807</b>

O Plano Previdencial Libertas refere-se a parcelas de contribuições normais para custeio dos planos de benefícios de aposentadoria. Na data do balanço, o exigível da Companhia perante a Fundação totaliza R\$1.972.159 em 2015 e R\$1.727.751 em 2014.

A companhia possui um passivo contingente de PASEP, abrangendo o período de junho de 1999 a dezembro de 2002, no valor original de R\$3.805.035. O valor atualizado para dezembro de 2015 é de R\$4.472.529 e de R\$4.288.579 em dezembro de 2014.

Em atendimento a deliberação CVM n.º 695/2012 (Pronunciamento Técnico NBCTG 33(R2)), onde ganhos ou perdas atuariais devem ser registrados no próprio exercício, há o reconhecimento no Passivo Não Circulante do montante de R\$34.192.640 em 2015 e R\$23.993.228 referente a 2014, em contrapartida em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido.

## 8. BENEFÍCIO PÓS EMPREGO

A Companhia é patrocinadora de Planos de Benefícios administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social e tem por finalidade principal a complementação dos benefícios previdenciários concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

A Fundação Libertas é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos. Os planos de benefícios por ela administrados são Prodemge RP5-II (modalidade de Benefício Definido), Plano Saldado (modalidade de Benefício Definido) e o Plano ProdemgePrev (modalidade de Contribuição Definida).

### Histórico

O Plano Prodemge RP5-II encontrava-se deficitário, ou seja, seu patrimônio não cobria as provisões necessárias ao pagamento dos benefícios atuais e futuros de participantes e assistidos. Para solucioná-lo, a Prodemge adotou uma Estratégia Previdencial, desenhada pela Fundação Libertas e pela empresa de Avaliação Atuarial

---

Gama Consultores, com participação da Companhia, e aprovada pela Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças do Estado de Minas Gerais. Essa estratégia contemplou as seguintes ações:

- a) Criação do Plano ProdemgePrev em 01 de dezembro de 2012, estando em manutenção normal desde essa data.
- b) Incorporação do RP5 pelo RP5-II e posterior fechamento do Plano Prodemge RP5-II para novas adesões, ocorrido em dezembro de 2013.
- c) Cisão do Plano Prodemge RP5-II para criação do Plano Saldado, fechado ao ingresso de novos participantes com o início da eficácia a partir da data efetiva de transação ocorrida em 31 de outubro de 2014.
- d) Migração de participantes do Plano Prodemge RP5-II para o ProdemgePrev e/ou Plano Saldado ocorrido nos meses de setembro e outubro de 2014 com data efetiva de transação em 31 de outubro de 2014.
- e) Após a data efetiva de transação independentemente de remanescerem participantes e assistidos está em curso o processo de retirada de patrocínio do Plano Prodemge RP5-II e a sua consequente desativação.

Em 31 de outubro de 2014 na data efetiva da transação ocorreram os cálculos para equacionamento do Plano Prodemge RP5-II que se basearam na Proporção Contributiva entre a Patrocinadora (Prodemge) e Participantes/Assistidos, em função das Contribuições Normais Vertidas, atendendo ao Art. 29 da Resolução CGPC 26/08, alterada pelo CNPC 10/2012, apurando-se um déficit atuarial e que coube à Companhia o montante de R\$48.846.497.

Anteriormente à data efetiva de transação, especificamente no exercício financeiro de 2013, a PREVIC através do seu ERMG - Escritório Regional da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) determinou a regularização das Contribuições Normais para o Plano Prodemge (RP5-II) referentes à Pecúlio e Auxílio Doença, até então efetivadas exclusivamente pela Patrocinadora, em contrariedade à legislação no que se refere à exigência de paridade contributiva no custeio dos planos de benefícios.

A cobertura dessas Contribuições Normais fora da paridade abrangeu um período de 05 anos, de junho/2009 a maio/2014, e resultou na diferença de valores a favor da Prodemge, os quais, atualizados, montam R\$1.239.102.

Conforme ajustado com o ERMG, esse montante foi compensado nos contratos referentes à parcela de responsabilidade da Patrocinadora no déficit apurado na Data Efetiva da Transação, restando como déficit líquido o montante de R\$ 47.607.395.

A proporção de rateio utilizado na distribuição do valor total do déficit líquido apurado para cada plano foi determinada com base no total das Reservas Matemáticas de Transação Individuais – RMTIs destinadas a cada plano. Para o Prodemge RP5-II o percentual utilizado foi de 1,2404497%. No Prodemge Saldado utilizou-se o percentual de 24,4286593% e para o ProdemgePrev de 74,330810%.

A síntese do déficit entre os planos previdenciários, a partir da aplicação do percentual utilizado, apresentou-se distribuído da seguinte forma:

			R\$ 1,00
	Forma de pagamento	Parcelas	31/10/2014
Déficit atuarial			48.846.497
Compensação de contribuições indevidas			(1.239.102)
Déficit atuarial líquido			<b>47.607.395</b>
<b>Detalhamento:</b>			
Plano Prodemge (RP5-II)	contribuições extraordinárias	-	590.546
Plano ProdemgePrev (CD)	contrato de parcelamento	77	35.387.001
Plano Saldado	contrato de parcelamento	30	11.629.848
			<b>47.607.395</b>

A parcela referente ao Plano Prodemge RP5-II não foi objeto de contrato, permanecendo paga através de contribuições extraordinárias, conforme previsto no plano de custeio, apresentando o montante de R\$590.546 na data efetiva da transação.

A partir da implantação da estratégia previdencial, em 2014, gerou-se os contratos de Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida, relativa à migração de participantes e assistidos do plano Prodemge RP5-II para os Planos ProdemgePrev e o Saldado pactuados a juros de 6% ao ano e atualizados mensalmente pela variação do INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística—IBGE e divididos em parceladas mensais e consecutivas, sendo 77 parcelas para o Plano ProdemgePrev e 30 parcelas para o Plano Saldado. Para o ano de 2015, o saldo devedor apresentou o valor de R\$41.745.103 e para o ano de 2014 o valor foi de R\$46.925.291, sendo que restam 64 parcelas para o Plano ProdemgePrev e 17 parcelas para o Plano Saldado, conforme detalhamento em Nota Explicativa n.º 09(b).

## 9. APOSENTADORIA E FUNDO DE PENSÃO – PASSIVO ATUARIAL

a)

			R\$ 1,00	
			2015	2014
<b>Circulante</b>				
Contrato RP5-II - BD			67.065	60.437
Contrato ProdemgePrev - CD			4.018.712	3.621.526
Contrato Saldado - BD			1.320.740	1.190.205
<b>Saldo devedor Circulante</b>			<b>5.406.517</b>	<b>4.872.168</b>
<b>Não Circulante</b>				
Contrato RP5-II - BD			83.908	126.544
Contrato ProdemgePrev - CD			5.027.988	7.582.808
Contrato Saldado - BD			1.652.435	2.492.071
<b>Saldo devedor Não Circulante</b>			<b>6.764.331</b>	<b>10.201.422</b>
<b>Total</b>			<b>12.170.849</b>	<b>15.073.590</b>

Em decorrência do patrocínio dos benefícios previdenciários a Companhia assumiu, em 27 de março de 1998, um débito a título de financiamento proveniente do passivo atuarial, existente na data de criação do Plano, para pagamento no prazo de 240 meses, contados a partir de maio de 1988, restando 29 parcelas em 31 de dezembro de 2015, somando o montante de R\$12.170.849. Em 31 de dezembro de 2014 o valor registrado era de R\$15.073.590.

b)

	R\$ 1,00	
	2015	2014
<b>Circulante</b>		
Contrato ProdemgePrev - CD	7.419.766	6.651.188
Contrato Saldado - BD	5.611.455	5.030.191
<b>Saldo devedor Circulante</b>	<b>13.031.221</b>	<b>11.681.379</b>
<b>Não Circulante</b>		
Contrato ProdemgePrev - CD	26.676.499	28.847.116
Contrato Saldado - BD	2.037.383	6.396.796
<b>Saldo devedor Não Circulante</b>	<b>28.713.882</b>	<b>35.243.912</b>
<b>Total</b>	<b>41.745.103</b>	<b>46.925.291</b>

#### 10. REFIS – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

	R\$1,00	
	2015	2014
<b>DÉBITO CONSOLIDADO</b>	<b>37.758.119</b>	<b>37.758.119</b>
Compensação de Prejuízos Fiscais e de Base de Cálculo		
Negativa de CSLL	(8.041.659)	(8.041.659)
Outras Compensações	(257.685)	(257.685)
<b>Dívida Líquida Consolidada</b>	<b>29.458.775</b>	<b>29.458.775</b>
Pagamento de Parcelas	(31.424.041)	(27.983.144)
Atualização Monetária	27.058.233	26.290.156
<b>Saldo devedor REFIS</b>	<b>25.092.966</b>	<b>27.765.787</b>
Ajuste a valor presente (longo prazo)	(6.258.337)	(5.943.949)
Ajuste a valor presente (curto prazo)	(75.596)	(51.765)
<b>Saldo devedor REFIS a valor presente</b>	<b>18.759.034</b>	<b>21.770.073</b>
Menos: Passivo Circulante	(1.972.810)	(1.896.714)
<b>Não Circulante</b>	<b>16.786.224</b>	<b>19.873.359</b>

Em 28 de abril de 2000, visando ao parcelamento de impostos e contribuições federais vencidos até 29 de fevereiro do mesmo ano, a Companhia manifestou sua opção, aderindo ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, nos termos estabelecidos pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, e legislação complementar.

À época, para efeito de compensação da dívida a ser refinanciada, a Companhia utilizou prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social geradas em exercícios anteriores nos valores de R\$36.487.920 e R\$32.105.883, respectivamente, para amortizar parcela substancial dos valores das multas e dos juros incluídos no parcelamento, observado o limite de 15% dos prejuízos fiscais e de 8% das bases negativas de contribuição.

O saldo devedor do REFIS atualizado devidamente pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vem sendo quitado em parcelas mensais equivalentes a 1,5% da receita bruta em um prazo que se estima findar em 2028.

Para o cálculo do valor presente do débito junto ao REFIS, foram adotadas as seguintes premissas:

- Calculado o valor médio dos pagamentos efetuados de janeiro de 2001 a dezembro de 2015;
- O montante do débito em 31 de dezembro de 2015, devidamente atualizado pela TJLP, foi dividido pelo valor médio dos pagamentos, encontrando-se o valor constante de cada parcela e o prazo para suas liquidações;

- O valor presente do débito foi obtido descontando-se o fluxo de pagamentos à taxa de 0,5833% a.m., correspondente à TJLP do 4º trimestre de 2015.

Em garantia do parcelamento pleiteado junto ao REFIS, foi oferecido o imóvel pertencente à Companhia, localizado à Rua da Bahia, 2.277, em Belo Horizonte, MG.

A Companhia liquida regularmente os impostos e contribuições vencidos após 29 de fevereiro de 2000, condição essencial para a sua permanência nesse programa de recuperação fiscal.

## 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- Capital Social

O capital social está representado por 77.227.838 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

- Ajuste de Avaliação Atuarial

Para o reconhecimento de ganhos/perdas, adotou-se o procedimento padrão constante do Pronunciamento Técnico NBCTG 33 (R2) onde para o exercício de 2015 ocorreu o reconhecimento de R\$34.192.640 como Ajuste de Avaliação Atuarial - Outros Resultados Abrangentes, de acordo com os cálculos realizados pela consultoria atuarial contratada pela Companhia. Para o exercício de 2014 o montante foi de R\$23.993.228.

- Reserva de reavaliação

A reserva decorre da reavaliação dos bens do imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007, (vide nota explicativa nº 5). É transferida para prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto da reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.

Em dezembro de 2015 foi realizado o valor de R\$49.800 referente à realização da Reserva de Reavaliação de edificações.

## 12. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, como segue:

	<b>R\$1,00</b>
<b>Item</b>	<b>Vr. Segurado (R\$)</b>
Edifícios	11.653.046
Datacenter	31.366.370
Certificação Digital	1.000.000
Veículos	Vr. de mercado

## 13. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia figura como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, justiça comum e justiça federal, decorrentes do curso normal de suas atividades, no total de 63 processos, dos quais 55 referem-se a processos trabalhistas, 07 processos na vara da Fazenda Pública e apenas 01 (um) processo na justiça federal.

Para o exercício de 2015, as provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de

nossos Tribunais, para processos judiciais que foram avaliados como perda provável, no montante de R\$10.374.378, conforme demonstrado abaixo:

#### a) JUSTIÇA DO TRABALHO

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta estão em sua maioria relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, insalubridade, horas extras, PLR, 40% do FGTS, sobreaviso e diferenças salariais decorrentes de isonomia de função. Ressalte-se, inclusive ações movidas pelo sindicato da categoria pleiteando a PLR de 2006 a 2010 e Hora Ficta, representando 77% do valor total provisionado.

A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, em 23 processos (37% do total dos processos), representando 14% do valor total provisionado. Caso o pleito seja procedente, a Prodemge será compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Dessa forma, para os casos considerados perda provável, a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações subsidiárias.

A classificação das contingências trabalhistas pela assessoria jurídica está assim representada:

	R\$ 1,00
Perda Remota	-
Perda Possível	907.775
Perda Provável	10.374.378
<b>Total das ações na Justiça do Trabalho</b>	<b>11.282.153</b>

#### b) JUSTIÇA COMUM

Sendo a Companhia uma empresa pública, as ações movidas na Justiça Comum correm nas Varas da Fazenda Pública Estadual. São relacionadas às ações de sustação de protesto, danos morais, concurso público e cobrança.

A classificação destas contingências pela assessoria jurídica está assim representada:

	R\$ 1,00
Perda Remota	75.723
Perda Possível	3.000
Perda Provável	-
<b>Total das ações na Justiça Comum</b>	<b>78.723</b>

#### c) JUSTIÇA FEDERAL

A Companhia possui apenas uma ação no âmbito da Justiça Federal, decorrente de execução fiscal relativa ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (Salário Educação), classificada pela assessoria jurídica em perda remota, no valor de R\$34.000.

### 14. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A Prodemge é uma das patrocinadoras da Fundação Libertas de Seguridade Social, que é uma entidade de previdência complementar fechada multipatrocinada, sem fins lucrativos, fundada em julho de 1992, de acordo com a legislação em vigor.

A Prodemge possui 03 Planos de Benefícios de Aposentadoria para seus empregados:

- RP5-II – Plano de Benefícios Definidos
- ProdemgePrev – Plano de Contribuições Definidas
- Plano Prodemge Saldado

O foco da avaliação atuarial é o RP5-II – Plano de Benefícios Definidos (participantes ativos e assistidos) e os participantes assistidos do Plano Prodemge Saldado, não sendo considerados os participantes, assistidos e/ou ativos do ProdemgePrev - Plano de Contribuições Definidas.

O Plano de Benefício Definido (BD) é um tipo de plano em que o participante se aposenta com um benefício pré-determinado, o chamado Plano de Benefícios RP5-II da Prodemge.

Os benefícios do plano são: suplementação de aposentadoria por invalidez, por idade, por tempo de contribuição, especial, do décimo terceiro, pensão por morte, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Além dos benefícios acima, o Plano contempla os seguintes institutos previstos em lei complementar 109/2001: benefício proporcional diferido, resgate, portabilidade e auto patrocínio.

O custeio do plano Benefício Definido será atendido pelas seguintes fontes de receitas:

- Contribuição normal mensal dos participantes, exceto aqueles participantes remidos.
- Contribuição mensal de abono, vertida apenas pelos aposentados.
- Contribuição normal mensal dos participantes auto patrocinados.
- Contribuição especial dos participantes auto patrocinados.
- Joias dos participantes ativos e participantes auto patrocinados, determinadas atuarialmente em face da idade, remuneração, tempo de serviço prestado à Patrocinadora, tempo de contribuição para o regime geral de previdência social e tempo de afastamento voluntário da Fundação.
- Contribuição normal mensal da Patrocinadora.
- Contribuição extraordinária mensal da Patrocinadora, fixada atuarialmente, referente a compromissos especiais com gerações de participantes existentes na data de início do plano de benefícios, para integralização da reserva de tempos anteriores.
- Dotações da Patrocinadora, a serem fixadas atuarialmente.
- Receitas de aplicações do patrimônio, rendas de qualquer natureza, ou serviços realizados pela Fundação.
- Doações, subvenções, legados, etc.
- Contribuições extraordinárias para equacionamento de cobertura de insuficiência patrimonial, conforme vier a ser estabelecido no Plano de Custeio fixado em Avaliação Atuarial.

O Plano Prodemge Saldado é originário do Plano Prodemge e prevê os seguintes benefícios: benefício saldado de aposentadoria programada, décimo terceiro pagamento de benefício saldado.

Além dos benefícios acima, o plano contempla os seguintes institutos previstos em lei complementar 109/2001: benefício proporcional diferido, resgate, portabilidade e auto patrocínio.

O custeio do plano de Benefício Saldado será atendido pelas seguintes fontes de receitas:

- Receitas de aplicações do patrimônio, rendas de qualquer natureza, ou serviços realizados pela Fundação.

- Doações, subvenções, legados, etc.
- Contribuições extraordinárias para equacionamento de cobertura de insuficiência patrimonial, conforme vier a ser estabelecido no Plano de Custeio fixado em Avaliação Atuarial.
- Contribuições extraordinárias para equacionamento de cobertura de risco atuarial, conforme vier a ser estabelecido no Plano de Custeio fixado em Avaliação Atuarial.

A migração ocorrida do Plano de Benefício Definido gerou a seguinte composição no número de participantes ativos e mantidos:

<b>Participantes Ativos</b>	<b>Todos</b>	<b>RP5-II</b>	<b>Saldado</b>
Quantidade	5	3	2
Idade Média	48,00	42,33	56,50
<b>Participantes Mantidos</b>	<b>Todos</b>	<b>RP5-II</b>	<b>Saldado</b>
Quantidade	13	5	8
Idade Média	47,31	43,00	50,00
<b>Participantes Assistidos Temporários</b>	<b>Todos</b>	<b>RP5-II</b>	<b>Saldado</b>
Quantidade	1	1	-
Idade Média	52,00	52,00	-
<b>TOTAL</b>			
Quantidade	19	9	10
Idade Média	47,74	43,78	51,30

Em relação aos assistidos aposentados e pensionistas, temos o quadro de estatísticas abaixo:

<b>Assistidos Aposentados</b>	<b>Todos</b>	<b>RP5-II</b>	<b>Saldado</b>
Quantidade	160	9	151
Idade Média	63,71	65,89	63,58
Benefício Médio Mensal	3.719,76	1.849,85	3.831,21
Soma de Benefícios	595.161,50	16.648,68	578.512,82
<b>Assistidos Pensionistas</b>			
Quantidades Pensões	18	6	12
Idade Média	64,56	61,67	66,00
Benefício Médio Mensal	2.010,20	1.701,81	2.164,39
Soma de Benefícios	36.183,55	10.210,87	25.972,68

Os benefícios pagos aos assistidos aposentados têm a seguinte distribuição:

<b>Códigos</b>	<b>Benefícios aos Aposentados</b>	
32	Ap. Invalidez Previdenciária	1
41	Ap. Idade	1
42	Ap. Tempo Serviço	4
92	Ap. Invalidez Acidentária	3
117	Aposentadoria Normal-BS	107
118	Aposentadoria por Invalidez-BS	44
<b>TOTAL</b>		<b>160</b>

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário “Plano de Benefício RP5/RP II da Patrocinadora PRODEMGE”, é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - Projected Unit Credit, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - Projected Benefit Obligation), de acordo com o recomendado pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1) do IBRACON Instituto Brasileiro de Contadores e normatizado pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

De acordo com as normas aplicáveis, as hipóteses adotadas na presente avaliação foram definidas pela PRODEMGE, em consonância com as hipóteses utilizadas pela Fundação Libertas, sendo:

Tábua Mortalidade Geral	AT-2000 M e F
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT-49 M agravada em 100%
Tábua Entrada Invalidez	Light - Média
Rotatividade (1)	0,50%
Projeção crescimento real de salário (2)	1,40%
Fator de capacidade (salário e benefício)	98,03%
Taxa real anual de desconto	5,29% a.a.
Taxa anual de longo prazo de inflação	5,0% a.a.
Idade na data de aposentadoria	Primeira idade em que se torna elegível a um benefício de aposentadoria.
Composição familiar	Cadastro real

(1) Só para participantes ativos, incluindo os mantidos.

(2) Só para participantes ativos, excluindo os mantidos.

De acordo com os Balancetes da Fundação Libertas e segregados por planos, temos o seguinte quadro relativo ao Valor Justo dos Ativos de cobertura dos benefícios de pós-emprego considerados nesta avaliação:

### **Determinação do Valor Justo dos Ativos**

(Dados dos Balancetes de 30/09/15 da FUNDAÇÃO)

<b>Posição Patrimonial</b>	<b>RPSII</b>	<b>SALDADO</b>	<b>TOTAL</b>
	<b>30/09/2015</b>	<b>30/09/2015</b>	<b>30/09/2015</b>
Patrimônio (Ativo Total)	20.283.494,00	96.614.140,71	116.897.634,71
(-) Exigível Operacional	-714.264,27	-1.139.362,38	-1.853.626,65
(-) Exigível Contingencial	-14.668.567,99	-16.964,91	-14.685.532,90
(=) Patrimônio Social integralizado	4.900.661,74	95.457.813,42	100.358.475,16
(-) Fundo Previdencial	0,00	0,00	0,00
(-) Fundos Administrativos	-21.271,81	-520.574,59	-541.846,40
(-) Fundo de Investimentos	-8.826,73	-71.685,25	-80.511,98
(-) Parcela Contribuição Definida	0,00	-79.450.416,20	-79.450.416,20
(=) Ativo Justo do Plano (ativo líquido)	4.870.563,20	15.415.137,38	20.285.700,58
<b>VALOR UTILIZADO NO CÁLCULO-31/12/2015 (*)</b>	<b>5.007.208,99</b>	<b>15.847.615,83</b>	<b>20.854.824,82</b>

(\*)Atualizado pelo INPC de outubro, novembro e dezembro]

A seguir, os resultados apurados a partir da base de dados e premissas admitidas:

	R\$1,00	
	2015	2014
<b>A. RECONCILIAÇÃO DO VALOR DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS</b>		
Valor das obrigações no início do ano	(61.717.960)	(288.324.145)
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(83.741)	(24.129.053)
Juros sobre a obrigação atuarial	(3.264.880)	(15.252.347)
Contribuições de participantes	(4.897)	(9.004.779)
(Ganho)/perda atuarial	(10.255.291)	267.340.471
Benefícios pagos no ano	8.207.486	7.651.893
<b>Valor das obrigações calculadas no final do ano</b>	<b>(67.119.283)</b>	<b>(61.717.960)</b>
<b>Valor das obrigações - participantes ativos</b>	<b>(1.829.865)</b>	<b>(1.700.593)</b>
<b>Valor das obrigações - Aposentados:</b>	<b>(59.468.294)</b>	<b>(54.976.343)</b>
RP5II	(1.439.850)	(2.000.429)
Saldado	(58.028.444)	52.975.913
<b>Valor das obrigações - Pensionistas:</b>	<b>(5.821.124)</b>	<b>(5.041.024)</b>
RP5II	(1.823.477)	(1.593.952)
Saldado	(3.997.647)	(3.447.072)
<b>B. RECONCILIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS</b>		
Valor justo dos ativos no início do ano	22.195.264	279.093.039
Rendimento esperado no ano	1.174.129	14.764.022
Ganho/(perda) atuarial nos ativos do plano	5.682.720	(328.660.687)
Contribuições de patrocinadoras (não inclui benefícios pagos diretamente pelas patrocinadoras)	5.300	55.646.004
Contribuições de participantes vertidas ao Plano	4.897	9.004.779
Benefícios pagos no ano	(8.207.486)	(7.651.893)
<b>Valor justo dos ativos no final do ano</b>	<b>20.854.825</b>	<b>22.195.264</b>
<b>C. CONCILIAÇÃO DOS VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO (parcial ou totalmente cobertos)</b>		
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	67.119.283	61.717.960
Valor justo dos ativos do plano	20.854.825	22.195.264
Déficit/(Superávit) para cobertura de planos	46.264.459	39.522.696
Valor presente das obrigações atuariais sem cobertura (planos sem ativos financeiros)		
Custo do déficit técnico contratado (serviço passado)	(12.071.819)	(15.529.468)
Montante não reconhecido como ativo/passivo		
<b>(Passivo)/Ativo líquido</b>	<b>(34.192.640)</b>	<b>(23.993.228)</b>
<b>D. COMPONENTES DA DESPESA / (RECEITA) DO PLANO</b>		
Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício		
Custo do serviço corrente	(83.741)	(24.129.053)
Juros sobre as obrigações atuariais	(3.264.880)	(15.252.347)
Rendimento esperado dos ativos do plano	1.174.129	14.764.022
Amortização do custo do serviço passado	(1.552.947)	(1.811.009)
<b>Total da (despesa) receita a ser reconhecida</b>	<b>(3.727.439)</b>	<b>(26.428.388)</b>

	2015	R\$1,00 2014
<b>E. PRINCIPAIS HIPÓTESES ATUARIAIS</b>		
Taxa de desconto real atuarial anual (Saldado)	4,56%	5,29%
Taxa de desconto real atuarial anual (RP5II)	4,25%	5,28%
Taxa média de aumento real do salário (Saldado)	0,00%	1,40%
Taxa média de aumento real do salário (RP5II)	1,69%	1,40%
INPC (Estimada de inflação ao longo prazo)	5,99%	5,99%
<b>F. ATIVOS DO PLANO (percentual de alocação dos ativos)</b>		
Renda variável	3,85%	11,21%
Renda fixa	82,36%	77,65%
Imóveis	6,38%	5,50%
Outros	7,40%	5,65%
Total	100%	100,00%
<b>G. HISTÓRICO DE GANHOS E PERDAS OBSERVADOS</b>		
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	67.119.283	61.717.960
Valor justo dos ativos do plano	20.854.825	22.195.264
Déficit / (Superávit) para planos cobertos	46.264.459	39.522.696
(Ganhos)/perdas observados nos ativos		
Valor	5.682.720	(328.660.687)
Percentual dos ativos do plano	27,25%	-1480,77%
(Ganhos)/perdas observados nas obrigações atuariais		
Valor	(10.255.291)	267.340.471
Percentual dos ativos do plano	-15,28%	433,16%
Total de (ganhos)/perdas observados no exercício	(4.572.571)	(61.320.216)

## 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Para o exercício de 2015, a Companhia apresentou um resultado contábil negativo de R\$346.129. Após as considerações das adições e exclusões fiscais permitidas, apurou lucro real e base de contribuição social positiva, da seguinte forma:

	R\$ 1,00	
	<b>CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>IMPOSTO DE RENDA</b>
<b>RESULTADO CONTÁBIL ANTES DO IR/CSLL</b>	(346.129)	(346.129)
Adições	6.150.302	6.150.302
Exclusões	(2.088.127)	(2.127.349)
<b>LUCRO REAL</b>	<b>3.716.046</b>	<b>3.676.824</b>
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas	(1.114.814)	(1.103.047)
<b>RESULTADO TRIBUTÁVEL</b>	<b>2.601.232</b>	<b>2.573.776</b>
Incentivo PAT	-	(15.443)
Licença Maternidade	-	(40.455)
<b>PROVISÃO IR/CSLL</b>	<b>234.111</b>	<b>563.546</b>

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, o imposto de renda a 15% e o adicional de imposto de renda de 10%, sobre o lucro tributável, em atendimento às disposições fiscais em vigor.

## 16. TESTE DE RECUPERABILIDADE

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil a PRODEMGE, com a utilização de fontes técnicas internas, avaliou se houve alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos modificaram a representatividade econômica no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que pudesse ser considerada relevante. Através desse procedimento não houve indicação de que tivéssemos de reconhecer contabilmente eventual desvalorização de nossos ativos.

Não detectamos mudanças significativas na medida ou maneira em que os ativos estão sendo utilizados. Não há evidências de mudanças que possam tornar um bem inativo ou que a administração planeja descontinuar, restaurar ou baixar antecipadamente, ou, ainda que um ativo possa ter vida útil alterada ou indicação de que as taxas de depreciação atualmente utilizadas pudessem ser diferentes em função das condições atuais de operacionalidade do conjunto de bens do ativo imobilizado.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Helvécio Miranda Magalhães Júnior – Presidente  
Paulo de Moura Ramos  
Alcione Maria Martins Comonian  
Evandro Xavier Gomes  
Fausto Pereira dos Santos  
Hugo Vocurca Teixeira  
Maria Thereza Rodrigues da Cunha

#### DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo de Moura Ramos – Diretor-Presidente  
Pedro Ernesto Diniz – Diretor  
Fátima Vieira Lima – Diretora  
Marconi Eugênio – Diretor  
Gustavo Daniel Prado – Diretor

#### CONSELHO FISCAL

Maria da Conceição Barros de Rezende  
César Cristiano de Lima  
Mariah Brochado Ferreira

#### SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE E FINANÇAS

Ionala de Paiva Carneiro

#### GERÊNCIA DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Sheila Blom de Lacerda  
Contadora – CRC MG – 076747/O-9